

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Reforma vai unificar PECs</b>	3
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>21 governadores apoiam mudanças no Carf propostas por Haddad</b>	4
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Ministros defendem voto de qualidade no Carf em diálogo com o Congresso</b>	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Fisco amplia alcance de benefício ao setor imobiliário</b>	8
O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Pauta econômica adia envio de pacote antigolpe ao Congresso</b>	10
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL <b>Governo reabre mesa de negociação</b>	12
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL <b>Lupi promete cartão de benefícios a aposentados</b>	13
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL <b>Mais escolarizados predominam no MEI</b>	14
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL <b>Beneficiário do INSS não precisa mais fazer prova de vida: entenda as novas regras</b>	17
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Reformulações e princípios da reforma tributária (Artigo)</b>	19
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Reforma tributária deve começar pelos impostos de consumo</b>	22
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA <b>MEI pode mudar para haver mais contratação e menos PJs, diz ministro</b>	23
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Em encontro com Alckmin, parlamentares vão discutir reforma tributária e desoneração da folha</b>	24
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Visão do Correio: Congresso precisa trabalhar pelo país</b>	25

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula x Banco Central: entenda as críticas do presidente e os efeitos da briga na economia ..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Poupança tem maior retirada líquida para um só mês ..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Melhor regra é o correto ajuste do gasto - RAUL VELLOSO ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Crítica de Lula ao Banco Central eleva expectativa de inflação e pressiona juros ..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Lula fala o que a maioria pensa, mas vai respeitar mandato no BC, diz Wagner ..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Selic no Focus começa a se adaptar a sinais do BC ..... 38

# Reforma vai unificar PECs

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou, ontem, que a **reforma tributária** elaborada pela equipe econômica será uma espécie de "fusão" entre as duas principais Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já tramitam no Congresso, uma na Câmara e outra no Senado. O assunto foi discutido em uma reunião de lideranças da base governista com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sede da pasta.

"Temos duas PECs tramitando, e elas são o sustentáculo. Haddad vai apresentar uma proposta global levando em consideração as duas PECs. Seria uma espécie de fusão das duas PECs", disse Guimarães, em referência à PEC 45, que tem origem na Câmara, e à PEC 110, do Senado.

De acordo com o deputado, a ideia é que Haddad apresente até o meio do ano um texto final de **reforma tributária** que unifique o conteúdo das propostas já existentes. "O ambiente político do país para discutir uma **reforma tributária** é o melhor possível. Estou apostando muito que o Congresso vai dar sua contribuição para a aprovação de uma **reforma tributária** a partir do que já está na Casa", afirmou Guimarães.

O líder do governo na Câmara disse também que ninguém é contra mudar o modelo de tributação do Brasil e que é possível consolidar um texto que atenda a todos. A PEC 45 teve como mentor o economista Bernard Appy, que agora é secretário extraordinário para **reforma tributária** do Ministério da Fazenda. A proposta cria um imposto único para União, estados e municípios, chamado de Imposto de Valor Agregado (IVA). Já a PEC 110 prevê um tributo dual, ou seja, um para a União e outro para os entes subnacionais.

## Voto de qualidade

Guimarães destacou, ainda, que manter o chamado "voto de qualidade" nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) é uma questão de justiça tributária para o contribuinte. O governo editou uma medida provisória que retomou o instrumento, que desempata os julgamentos no órgão em favor da Fazenda, mas enfrenta a resistência do Congresso, que havia acabado com esse dispositivo em 2020. "Queremos tratar no âmbito da política", declarou o deputado sobre a MP do **Carf**.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reiterou que o

governo vai manter a defesa da volta do voto de qualidade no **Carf**. Nos cálculos do ministro, os embates no **Carf** que dependem do voto de qualidade correspondem a 2% dos casos. Segundo ele, somente 100 empresas devem R\$ 600 bilhões de **impostos** ao governo.

"Haddad trouxe dados muito importantes sobre MP do **Carf** e se colocou à disposição para falar, fazer debate na Câmara e no Senado. O governo vai manter defesa do voto de qualidade e o ministro reafirmou a líderes a importância do voto de qualidade. O voto de qualidade é importante para não ter injustiça tributária", declarou.

Segundo Padilha, os ministros dialogarão permanentemente com parlamentares para tratar das mais diversas pautas. "Esse é o início de diálogo com o Congresso sobre a importância da **reforma tributária** e de outros projetos. O diálogo é para que possamos avançar na **reforma tributária** ainda neste ano. Haddad também falou sobre a previsão de apresentar novo marco fiscal até abril", frisou.

Também ontem, Haddad afirmou que está dialogando com grandes empresas afetadas pelo chamado "voto de qualidade" no **Carf**. "Estamos em conversa com os contribuintes afetados pela medida. Estamos falando de 100, 200 contribuintes, não estamos falando de todos os contribuintes do Brasil. Estamos falando de casos muito específicos e controversos, que acabam trazendo prejuízo para o erário", ressaltou. "Deixei sempre claro para esses contribuintes, que são grandes empresas, que nosso objetivo é justiça tributária."

## Sítio:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/07/all.pdf>

# 21 governadores apoiam mudanças no Carf propostas por Haddad

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Após o governo começar a negociar um acordo com grandes empresas, o Fórum dos Governadores divulgou um manifesto em defesa da medida provisória (MP) que restituiu o voto de qualidade para o desempate nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal administrativo que julga os recursos dos contribuintes contra autuações de cobrança de **impostos** feitas pela **Receita Federal**.

Assinado por 21 dos 27 governadores, o manifesto defende a MP, que integra o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A MP sofre resistência no Congresso e no setor empresarial.

No manifesto, os governadores afirmam que a medida vem ao encontro de pleitos anteriormente defendidos pelas Fazendas estaduais. "A reconstituição do voto de qualidade no **Carf** ratifica o princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre o particular", destaca o documento.

Para os governadores, a iniciativa tem papel ainda mais relevante diante do projeto (PLP 17), já aprovado na Câmara dos Deputados, que expande o fim do voto de qualidade para os Estados e municípios. Eles classificam o fim do voto de qualidade e outros pontos do processo tributário no País de "anomalia".

Haddad avalia as condições de um acordo que pode permitir entrar mais recursos no caixa do governo e diminuir o risco de judicialização. A Ordem dos Advogados do Brasil já recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a volta do voto de qualidade.

A MP retoma esse instrumento, usado quando há empate.

Os presidentes das turmas de julgamento do **Carf**, indicados pela Fazenda, desempatam os julgamentos. Com o fim da prerrogativa, eliminada pelo Congresso em abril de 2020, as disputas passaram a ser resolvidas sempre favoravelmente aos contribuintes. Agora, com a MP, ele poderá ser utilizado.



**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

21 governadores apoiam mudanças no Carf propostas por Haddad

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187453>

# Ministros defendem voto de qualidade no Carf em diálogo com o Congresso

*Idiana Tomazelli Nathalia Garcia*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), recebeu lideranças da Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (6) em uma tentativa de abrir o diálogo e evitar uma derrota do governo na votação do pacote de medidas para recuperar receitas federais.

Um dos pontos centrais do encontro foi a defesa da MP (medida provisória) que restabelece o chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a **Receita Federal**.

O dispositivo garante à União o poder de desempate em decisões, mas foi derrubado em 2020, no governo Jair Bolsonaro (PL). Isso fez algumas decisões penderem para o lado dos contribuintes, impondo perdas bilionárias à União.

Em uma de suas primeiras ações à frente da Fazenda, Haddad propôs a retomada desse voto por MP (medida provisória), com vigência imediata. A medida, porém, enfrenta resistências de parlamentares e de empresários.

Nesta segunda, o ministro recebeu lideranças de siglas aliadas, como MDB, PSB, PDT, PV, PSD e PC do B, além do próprio PT, para discutir a proposta.

"Eu recebi os parlamentares porque vai ser uma prática nossa, que na minha opinião tem que voltar a ser feita, que é a disposição do ministério de dialogar com o Parlamento, receber os líderes, receber os parlamentares", disse Haddad.

Segundo ele, os líderes do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ficaram responsáveis por prestar os "esclarecimentos técnicos" sobre o pacote. Nos próximos dias, o ministro da Fazenda também deve receber as lideranças aliadas no Senado.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), também participou do encontro e disse que o governo vai seguir defendendo a manutenção do voto de qualidade no diálogo com o Congresso, a despeito das resistências.

"O ministro Fernando Haddad trouxe dados muito importantes para os deputados sobre a importância da MP do **Carf**. O ministro deixou muito explícito, hoje são cerca de 100 mil processos que chegam até o **Carf**, apenas 2% desses processos ficam em situação de empate, em que o voto de qualidade do governo tem um peso muito importante", afirmou Padilha.

Segundo ele, essas companhias têm um volume aproximado de R\$ 600 bilhões em dívidas com a União. "São recursos de pagamento de **impostos**, que poderiam ir para saúde e educação", disse. "Esses dados são muito importantes para o debate no Congresso Nacional."

O ministro, porém, indicou que os termos dessa manutenção podem ser discutidos no Congresso.

Como mostrou a coluna Painel S.A., empresários contrários à volta do voto de qualidade propõem um acordo com uma "regulamentação": em caso de empate, permanece a cobrança do valor principal, mas caem as multas e os juros, desde que o débito seja quitado dentro de um prazo estipulado.

Os contribuintes ainda manteriam a prerrogativa de recorrer à Justiça - neste caso, os juros voltariam a ser cobrados, mas não a multa.

"O governo vai manter a defesa do voto de qualidade, e todo o debate que está sendo feito, em nenhum momento ele retira o voto de qualidade do governo", disse Padilha. "O voto de qualidade pode ser decisivo para não ter injustiça tributária."

Mais tarde, Haddad reiterou que o voto de qualidade afeta uma parcela pequena de empresas e sinalizou disposição para o diálogo. "Estamos em conversa com contribuintes afetados pela medida. Estamos falando de 100 ou 200 contribuintes. Não estamos falando dos contribuintes do Brasil, estamos falando de casos muito específicos, controversos, que acabam trazendo prejuízo ao erário", disse.

O ministro da Fazenda afirmou ainda que os entendimentos com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que ingressou com uma ação judicial contra a MP do governo, e com o Judiciário também estão avançando.

O acordo, porém, é controverso. Técnicos da **Receita Federal** e o sindicato da categoria dizem que o acerto livra contribuintes de pagar juros e multas sem garantias concretas de efetividade da política.

Para os auditores, um acerto nessa direção pode incentivar o litígio, uma vez que mais empresas recorrerão ao **Carf** na tentativa de se livrar dos encargos. Além disso, sem a correção por juros, a **inflação** vai corroer o valor real da dívida, ampliando as perdas da União e penalizando de forma indireta quem pagou o tributo em dia.

Padilha disse que as críticas ao acordo não foram objeto da reunião com as lideranças. "O objeto da reunião foi o ministro apresentando os dados", disse.

No domingo (5), o Fórum Nacional de Governadores publicou uma carta em apoio à manutenção do voto de qualidade no **Carf**.

"A reconstituição do voto de qualidade no **Carf** ratifica o princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre o particular", diz o documento.

A preocupação dos estados é que a derrubada desse dispositivo, classificada de "anomalia do processo administrativo tributário", seja estendida aos Fiscos estaduais, prejudicando a fiscalização e incentivando "práticas irregulares".

"O Fórum Nacional de Governadores dos Estados e do Distrito Federal apoia a iniciativa do Ministério da Fazenda", diz a carta, assinada por 21 dos 27 governadores.

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50180&maxTouch=0&\\_ga=2.183095393.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50180&maxTouch=0&_ga=2.183095393.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)

# Fisco amplia alcance de benefício ao setor imobiliário

**Bárbara Pombo De Brasília**

A **Receita Federal** publicou solução de consulta que pode impactar positivamente o setor imobiliário. O órgão entendeu que as vendas de lotes, quando vinculadas à construção de casas, podem ser beneficiadas por um regime especial de **impostos** aplicado às incorporações imobiliárias.

Mas apenas a partir do dia 28 de junho de 2022.

Trata-se do Regime Especial de Tributação (RET), que é um benefício muito vantajoso para as construtoras.

Com base nele, as receitas do empreendimento são tributadas com alíquota única de 4%. Em bases normais, o Imposto de Renda (IRPJ) e a CSLL são recolhidos a 34%.

O PIS e a Cofins a 9,25% se a empresa estiver no regime não cumulativo ou a 3,65%, no cumulativo.

A posição consta na Solução de Consulta nº 24, publicada no dia 1º de fevereiro pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que orienta os fiscais do país. O órgão estabelece o corte de 28 de junho para início do benefício porque, nessa data, foi publicada a Lei nº 14.382, que alterou a Lei nº 4.591, de 1964, sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Com a mudança, passou-se a caracterizar como incorporação imobiliária a atividade de venda de imóveis decorrentes de parcelamento ou loteamento, promovida por incorporadores ou loteadores, e quando vinculada à construção de casas - isoladas ou geminadas.

Advogados afirmam que a interpretação do mercado era de que, com a alteração da lei, o Regime Especial de Tributação seria aplicável às receitas geradas com a venda de loteamentos. Agora, a Cosit confirmou esse entendimento.

"A solução de consulta traz segurança jurídica ao setor imobiliário, pois vincula os auditores fiscais federais e ratifica a interpretação do mercado posterior à publicação da Lei nº 14.382/22, de que o RET pode ser aplicado aos loteamentos voltados à futura construção de casas", afirma a tributarista Thaís

Shingai, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados.

Segundo o advogado Daniel Gomes, do escritório S2GDC, especializado em negócios imobiliários, esse tipo de loteamento é muito comum e há empresas dedicadas atualmente exclusivamente a esse tipo de empreendimento. "Mas estavam em um limbo jurídico. Se havia alguma dúvida sobre a possibilidade do empreendedor tributar as receitas de venda pelo RET ela não existe mais", diz.

Na resposta à consulta, a Receita deixa claro seu posicionamento de que antes do dia 28 de junho de 2022 o benefício tributário não era válido a loteamentos, ainda que contratualmente vinculado à opção de construção de casas.

Aponta ainda que o contribuinte, para fins de adesão ao RAT, deve cumprir alguns requisitos, como a vinculação da atividade de venda de lotes à construção de casas isoladas ou geminadas.

No caso concreto analisado na consulta, o Fisco decidiu que o contribuinte não faria jus ao benefício.

Entendeu que a empresa fornece aos clientes apenas um projeto de construção de casas - que foi aprovado pela prefeitura municipal -, mas que a efetiva obra dos imóveis é opcional e não obrigatória para a construtora.

"Consequentemente, é forçoso concluir que, mesmo no regime de incorporações imobiliárias vigente a partir da publicação da Lei nº 14.382, de 2022, o RET não se aplica ao empreendimento em questão", afirma a **Receita Federal**.

Advogados consultados pelo Valor apontam, no entanto, que, pela leitura do relatório da consulta, o contribuinte que fez o questionamento ao Fisco trabalha com um tipo diferente de empreendimento, que não o loteamento puro e simples - que gerava dúvida sobre a aplicação do RET.

No relatório, a empresa descreve que atua na modalidade de condomínios de lotes com a construção das áreas comuns e privativas (as residências) para venda.

Juridicamente, explicam advogados, o condomínio de casas é diferente do loteamento puro, em que a área loteada continua pública e, portanto, não pode haver restrição de acesso às ruas.

"O condomínio de lotes é uma estrutura parecida com o condomínio edilício. É a versão horizontal dele. Sempre entendemos aplicável o RET nesse situação", explica Thaís.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187453>

# Pauta econômica adia envio de pacote antigolpe ao Congresso



Em espera. Medidas anunciadas pelo ministro da Justiça, Flávio Dino, ao centro, após a invasão das sedes dos três Poderes ficaram para uma fase posterior

**JUSSARA SOARES E LAURIBERTO POMPEU**  
*politica@oglobo.com.br BRASÍLIA*

A pauta econômica adiou o envio ao Congresso do pacote em resposta aos ataques golpistas de 8 de janeiro, que já foi anunciado pelo ministro da Justiça, Flávio Dino. Na lista de projetos prioritários preparada pelo Palácio do Planalto para ser entregue aos parlamentares estão a **reforma tributária**, além de novas regras fiscais e para fixação do preço dos combustíveis. Na ordem do dia do governo também há propostas para o desenvolvimento econômico e social, como o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família.

As medidas anunciadas por Dino após a invasão do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) ficaram para um segundo momento. Três das propostas envolvem a criação de uma força policial; a elaboração de um projeto de lei para punir financiadores de manifestações golpistas; e o lançamento de ferramentas para "moderar" conteúdos considerados extremistas nas redes sociais.

O governo tenta virar a página e deslançar projetos para destravar o investimento público e gerar emprego. Na seara econômica, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já está antecipando as demandas aos parlamentares. O Congresso voltou do recesso na última quarta-feira.

Ontem, Haddad se reuniu com deputados do PT, PSD, MBD, PSB, PV e PCdoB. Hoje recebe senadores para um almoço no ministério, com líderes do governo, do PT, PSD, MDB, União, PSB, Podemos e PDT. Já o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PTBA), se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Segundo lideranças do Senado, o governo precisa aprovar a nova regra fiscal até junho, antes da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E, portanto, a tramitação deve começar o quanto antes. O texto já está em discussão no Ministério da Fazenda.

De acordo com líderes partidários, as medidas provisórias que fazem mudanças no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) terão prioridade nos primeiros dias da volta do Congresso.

A MP que extingue a Funasa também receberá atenção especial dos parlamentares, principalmente dos interessados em recriar a estrutura e retomar as indicações no comando nacional da fundação e nos estados.

A base do governo no Congresso tenta um acordo para que a Funasa seja recriada.

No entanto, há resistência no Ministério das Cidades, pasta que ficou com as principais atribuições da fundação.

"ESTATAL INEFICIENTE" Apesar da sinalização de recriar a estrutura, inclusive com o apoio público do líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse em entrevista à GloboNews que não há acordo para recriar a fundação e a classificou de "ineficiente".

Costa convocou uma reunião para hoje com os ministros das Cidades, Jader Filho, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para alinhar um posicionamento sobre o tema. Os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e do Senado, Jaques Wagner, também devem participar.

O líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), citou as MPs do Coaf, **Carf** e a que muda a estrutura dos ministérios, incluindo a extinção da Funasa, como prioridade da Casa, além da **reforma tributária**.

-Lira quer votar agora a **reforma tributária**, está criando grupo de trabalho para analisar a PEC 45 -

disse Brito.

O deputado participou de uma reunião com Haddad para tratar principalmente das mudanças do **Carf** e do Coaf. Uma das MPs estabelece a transferência do Coaf do Banco Central para o Ministério da Fazenda, a outra define a volta do voto de desempate a favor da Receita nos julgamentos do **Carf**.

As duas MPs enfrentam resistência. PP e Republicanos entraram ontem com uma ação no Supremo Tribunal Federal para impedir a volta do voto de desempate a favor da Receita.

#### A AGENDA PRIORITÁRIA DO GOVERNO NO CONGRESSO

**Novas regras fiscais** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, promete apresentar ao Congresso ainda neste primeiro semestre uma proposta para a criação de um novo arcabouço fiscal para substituir o atual teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**.

**Preço dos combustíveis** As desonerações de PIS/Cofins sobre gasolina e álcool e da Cide sobre gasolina vencem no próximo dia 28, como estipulado na Medida Provisória publicada ainda no governo Jair Bolsonaro.

**Reforma tributária** A equipe econômica do governo Lula deve apresentar ainda neste semestre uma proposta de reforma do sistema tributário do país.

**Minha Casa Minha Vida** O Executivo prepara uma medida provisória (MP) para reformular o programa habitacional. O governo pretende lançar o novo Minha Casa Minha Vida no próximo dia 14, direcionando o foco do programa para a contratação e construção de imóveis para a chamada Faixa 1, que é voltada para as famílias de menor renda e cujo valor é quase todo subsidiado.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>



# Governo reabre mesa de negociação

Luis Nova/Esp. CB/D.A Press



Sérgio Ronaldo espera que o Executivo tenha disposição para dialogar

**Raphael Felice**

**Servidores públicos** federais comemoraram o retorno da Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo. Na avaliação de lideranças de sindicatos, fóruns e federações, a retomada das reuniões setoriais será um canal de diálogo com o governo federal para tratar de temas como recomposição salarial, benefícios, condições de trabalho, concursos públicos etc. Uma solenidade no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), hoje, reabre o canal de negociação entre servidores e governo.

Participam do encontro lideranças das categorias do serviço público e ministros. Além da ministra do MGI, Esther Dweck, estarão presentes Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), Carlos Lupi (**Previdência Social**), Camilo Santana (Educação), Márcio Macêdo (Secretaria de Governo) e Rui Costa (Casa Civil).

Criada em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Mesa Nacional de Negociação Permanente com as lideranças do serviço público federal foi interrompida em 2016, no governo de Michel **Temer**. Apesar de ao longo de 14 anos nem sempre os dois lados tenham se acertado, as categorias afirmam que o diálogo e os debates sempre existiram.

"A interrupção, em 2016, foi muito ruim. Estamos apostando nessa retomada e, para nós, será

fundamental. Esperamos que o atual governo venha com a mesma disposição que vimos entre 2003 e 2016, com bastante diálogo. Mesmo quando não houve acordo e a gente fez os protestos, paralisações e até greves, o processo de negociação com a gente nunca foi interrompido. Sempre existiu diálogo", lembrou o diretor-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva. Representante do chamado "carreirão" - que engloba 80% dos servidores federais -, ele destaca que a prioridade será a recomposição salarial, defasado desde 2017, e também reajustes nos benefícios.

Ao Correio, a maior queixa das lideranças sindicais ao governo Jair Bolsonaro era a falta de um canal direto de diálogo, para que as categorias pudessem fazer reivindicações. "A negociação vai voltar, o que é muito bom. O canal aberto facilita. No governo Bolsonaro, não teve e a negociação era muito mais difícil. É bom ter essa mesa de diálogo para levar as demandas. Não é tudo, mas é um bom começo", observa o vice-presidente de Comunicação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Fábio Faiad.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Marcus Firme, afirma que a expectativa da categoria com a volta da mesa é "muito boa", pois os servidores voltarão a ter um canal de diálogo. Ele disse esperar ter mais facilidade para marcar reuniões individualizadas, para tratar especificamente da Polícia Federal - segundo ele, a categoria recebeu o último reajuste em 2016, no governo Dilma Rousseff.

"Esperamos que essa mesa dê início a um período de negociações e converse com mais facilidade com o governo. As carreiras do Legislativo e do Judiciário tiveram recomposição agora e seria desejável que o Executivo fizesse, já, um movimento neste sentido", cobrou.

2016 foi até quando durou a mesa de negociação entre os servidores do Executivo e o governo. Foi extinta durante a gestão do presidente Michel **Temer**

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/02/07/all.pdf>



# Lupi promete cartão de benefícios a aposentados

**ANTONIO TEMÓTEO e EDUARDO RODRIGUES**

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem, após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que pretende lançar em março um cartão especial de descontos para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que são correntistas do Banco do Brasil e da Caixa. Segundo ele, os dois bancos públicos reúnem 14 milhões de benefícios da Previdência.

As instituições vão oferecer descontos aos segurados e firmar parcerias com empresas para oferta de benefícios exclusivos. Lupi declarou que a ideia é, mais para frente, oferecer o cartão para os 37 milhões de beneficiários da Previdência, para que os cidadãos possam usar serviços de transporte público em todo o País. "Ao invés de o beneficiário da Previdência precisar tirar uma autorização local para usar os serviços de transporte daquele município, com o cartão, ele terá validade nacional. Também estamos buscando novos benefícios.

Correntistas do BB terão descontos, por exemplo, em farmácias, benefícios em passagens aéreas, em hotéis e em outros serviços." APLICATIVOS. Lupi afirmou que formará um grupo de trabalho para debater uma proposta de regulação para que trabalhadores de aplicativos de transporte e entrega passem a ser segurados do **INSS**.

"Regular trabalho por aplicativos também significa mais receita para a Previdência."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187453>

# Mais escolarizados predominam no MEI

**Anaís Fernandes e Rafael Rosas De São Paulo e do Rio**

O perfil dos trabalhadores no regime de microempreendedor individual (MEI) é muito diferente daquele grupo mais vulnerável para o qual o programa foi desenhado.

É o que mostra um estudo apresentado ao Valor pelos pesquisadores Fernando Veloso e Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). O problema de focalização é ainda mais grave porque o programa é altamente subsidiado e, se não houver mudanças, vai impor um rombo fiscal expressivo a partir da próxima década.

"Trata-se de um subsídio maciço e um grande custo fiscal que se joga para as próximas gerações, em relação a um programa que tem todos os indícios de focalizar muito mal o seu público pretendido, dos conta própria informais e vulneráveis, e de transferir esses recursos públicos em grande parte para pessoas na parcela mais alta da pirâmide educacional e de renda do Brasil", resume o diretor do FGV Ibre, Luiz Guilherme Schymura, na Carta do instituto deste mês (ver também a coluna da página A2).

Diferentemente do que se poderia esperar de um regime voltado para trabalhadores que estavam na informalidade, a proporção de pessoas com ensino superior completo no MEI é de 31,3%, muito maior que entre os conta própria em geral (15,7%) e os empregados sem carteira assinada (12,7%) e mais próxima, mas ainda acima, dos trabalhadores formais, isto é, com carteira (22,4%). No MEI, a média de escolaridade é de 12,2 anos de estudo, maior que entre os empregados formais (11,8 anos).

Na base da pirâmide educacional, por sua vez, pessoas sem instrução nenhuma ou com fundamental incompleto são 13,4% no MEI, proporção próxima da observada entre os empregados com carteira. Nos segmentos mais vulneráveis, dos conta própria e sem carteira, essa participação sobe para 31% e 27,9%, respectivamente.

Olhando o rendimento do trabalho, a discrepância entre o perfil do MEI e o que seria o público-alvo do programa "se torna ainda mais chocante", diz Schymura. Parcela majoritária (56,4%) do MEI ganhava mais do que dois salários mínimos no terceiro trimestre de 2022 (o dado mais recente), bem acima dos empregados com carteira (32,1%), por conta própria (27,6%) e sem carteira (15,6%). A renda

mensal dos trabalhadores do MEI (R\$ 3.783) é maior do que a dos com carteira (R\$ 2.650).

"O programa não parece estar atraindo o público que ele tinha em mente quando foi criado", afirma Veloso. A distribuição regional também reforça essa percepção, porque o MEI é, proporcionalmente, mais concentrado nas regiões mais ricas do país (Sudeste e Sul).

A composição de gênero dos trabalhadores do MEI (60,2% homens e 39,8% mulheres) também é semelhante à observada nos empregos formais. Da mesma forma, os trabalhadores do MEI têm proporção na faixa etária de 30 a 49 anos parecida com a dos empregados com carteira. O MEI, porém, tem uma participação consideravelmente maior de pessoas com 50 ou mais e uma fração bem menor entre 14 e 29 anos.

Para fazer o cruzamento de todas essas características socioeconômicas, Veloso e Barbosa Filho elaboraram uma aproximação para a categoria MEI, já que os dados oficiais dos registros administrativos do governo não fornecem informações tão detalhadas, tampouco a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, questiona se os respondentes são MEI.

Foram considerados microempreendedor individual os trabalhadores da Pnad que são conta própria, têm CNPJ e contribuem para a Previdência. Eram cerca de 5 milhões de empregados com esse perfil no terceiro trimestre de 2022.

Trabalhadores MEI que contribuem para a Previdência correspondem a 5,1% da população ocupada e a 9,3% dos contribuintes do **INSS**. "É um número que está se tornando significativo", diz Veloso.

Criado em 2008, o regime do MEI engloba trabalhadores por conta própria, com até um empregado e receita anual que não exceda R\$ 81 mil. O objetivo era estimular a inclusão previdenciária de trabalhadores autônomos de baixa renda e a formalização de pequenos empreendimentos.

Como MEI, o trabalhador obtém um CNPJ e pode usufruir de alguns recursos oferecidos às empresas formais, como acesso a crédito.

O MEI também paga **impostos** de uma maneira simplificada e com taxas bastante reduzidas.

A contribuição previdenciária mensal do MEI é de 5% do salário mínimo, o que equivale a R\$ 66 - chegando a R\$ 71 com alguns **impostos** adicionais. Com isso, o trabalhador ganha o direito de se aposentar (pelas regras do **INSS**) com um salário mínimo, além de ter acesso aos outros benefícios previdenciários (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez etc.).

Exigindo uma contribuição baixa em relação aos benefícios oferecidos, o MEI explodiu. Em 2009, quando começou de fato a funcionar, incluía 44,2 mil participantes.

Hoje, são 14,8 milhões (cerca de 15% da população ocupada).

"Você junta um sistema em que a pessoa está legal, tem um subsídio gigante na Previdência e paga menos **impostos**. A outra parte, que a gente não consegue explicar muito bem, é por que o conta própria não se interessa por esse programa que, em tese, foi desenhado para ele", afirma Barbosa Filho.

Janaína Feijó, também pesquisadora do FGV Ibre, comenta que a diferença no nível educacional entre as diversas categorias de emprego pode refletir uma assimetria de informação. "Pessoas mais educadas conseguem ter mais informação sobre benefícios e tirar vantagem do programa.

O pequeno empreendedor de baixa renda, às vezes, nem sabe como se formalizar." Algumas outras pesquisas corroboram a hipótese de que pode haver também uma migração do trabalhador com carteira para o MEI, apontam Veloso e Barbosa Filho. Eles lembram ainda que pode haver um interesse das próprias empresas na contratação de MEI, já que a carga tributária sobre as folhas salariais é elevada.

Além dos problemas de focalização, os pesquisadores do FGV Ibre alertam para os custos fiscais do MEI. Considerando apenas a aposentadoria e assumindo algumas premissas, eles estimam que o custo do programa - o quanto os benefícios pagos ultrapassam as contribuições para um indivíduo, ou seja, o subsídio - pode variar de 79,1% a 86,5% do valor presente dos benefícios, dependendo da taxa de juro real.

"O número de MEI está aumentando.

Por enquanto, essas pessoas estão só contribuindo, mas quando elas começarem a se aposentar, na próxima década, vai aparecer esse rombo", afirma Veloso.

Em um exercício inverso, os pesquisadores estimam que, para zerar esses subsídios, a contribuição atual

de 5% teria de subir para, ao menos, 23,9% a 37%, também a depender do juro real. Essas seriam as contribuições que tornariam o sistema sustentável.

"Não basta mostrar que o MEI contribuiu para a formalização.

Tem de levar em conta o subsídio, o custo de gerar aquela nova ocupação formal", diz Veloso.

Os pesquisadores do FGV Ibre reconhecem que, na sua concepção, o programa foi bem-intencionado e tem méritos, como a praticidade de adesão e contribuição.

Eles reforçam, no entanto, que, agora, ele requer uma reformulação, e não uma ampliação. "Realmente, está bem distorcido em relação à proposta original", afirma Veloso. "Tem que olhar a questão da inadimplência, fiscalizar, estudar a possibilidade de aumentar a alíquota de 5%", sugere.

Na prática, porém, esse diagnóstico não parece ter tido efeitos políticos, já que tramita no Congresso o substitutivo de um projeto de lei para ampliar o limite de faturamento do MEI para R\$ 144,9 mil e incluir a possibilidade de o microempreendedor ter dois funcionários.

Apesar das facilidades, em 2021, mais de 60% dos inscritos no MEI estavam inadimplentes com a contribuição ao **INSS**. Para os pesquisadores, isso sugere que será desafiador aumentar a taxa de contribuição para o nível que tornaria a previdência do MEI sustentável ao longo do tempo.

O programa foi avaliado no ano passado pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), do governo federal, e as conclusões não foram muito diferentes. Entre outras coisas, os avaliadores recomendaram ao então Ministério da Economia que realizasse estudos para reavaliar a alíquota de contribuição, de modo a corrigir distorções em relação à alíquota de 11% do Plano Simplificado de **Previdência Social** (PSPS).

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187453?page=1&section=1>

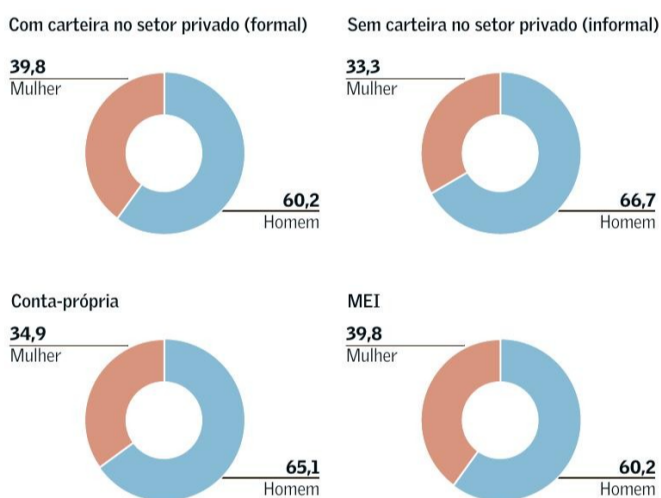
## Distorções

Regime de microempreendedor individual (MEI) atrai perfil semelhante ao do emprego formal - em %

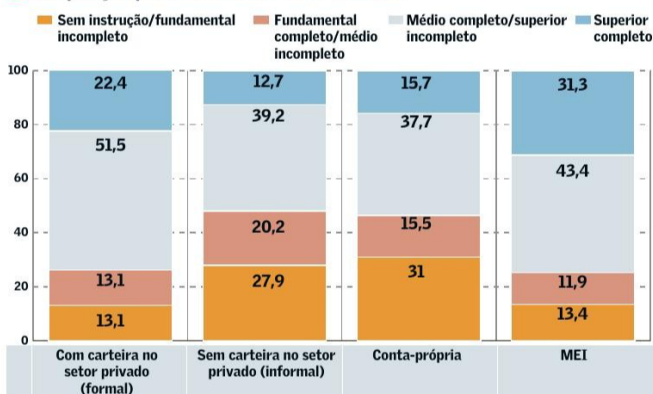
### Participação dos empregados na população ocupada



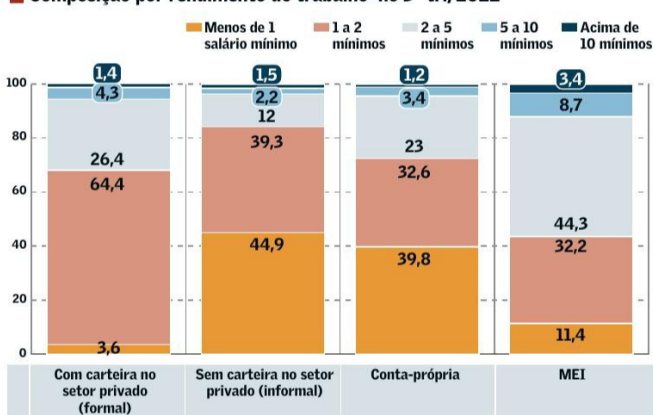
### Composição por gênero no 3º tri/2022



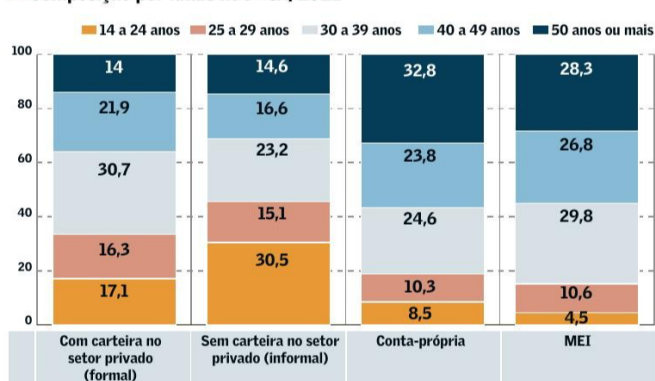
### Composição por escolaridade no 3º tri/2022



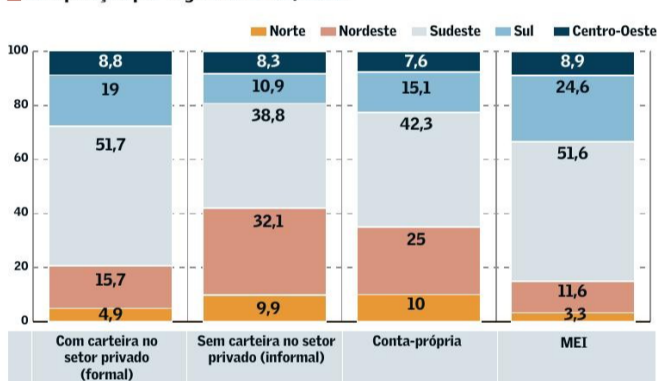
### Composição por rendimento do trabalho no 3º tri/2022



### Composição por idade no 3º tri/2022



### Composição por região no 3º tri/2022



Fonte: Elaboração FGV Ibre com base na Pnad Contínua \*conta-própria com CNPJ que contribui para a Previdência \*\*inclui conceito para MEI

# Beneficiário do INSS não precisa mais fazer prova de vida: entenda as novas regras

Por Lorena Lara

A prova de vida para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ficou mais fácil a partir de 2023. Agora, não é mais obrigação do titular do benefício sair de casa para realizar o procedimento, e sim do próprio órgão.

Ferramenta importante para evitar fraudes e pagamentos indevidos, a prova de vida é realizada periodicamente e pode acontecer de forma presencial ou digital. (Leia abaixo quais são as opções em vigor para beneficiários do **INSS**).

Cruzamento de dados

Desde o início do ano, o **INSS** usa o cruzamento de informações públicas sobre o cidadão para confirmar quem está vivo e pode seguir recebendo seus pagamentos. O instituto leva em consideração atos registrados em bases de dados como prova de vida.

LEIA TAMBÉM:

Abono salarial, CadÚnico, seguro-desemprego: veja o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.302 De lojinha de rua a império varejista: veja histórico da Americanas no país

Na prática, são utilizadas informações mantidas, atualizadas ou administradas por órgãos, entidades ou instituições públicas federais, estaduais e municipais, mas também bases de dados privadas que mantenham acordo de cooperação com o **INSS**.

Leia o que pode servir como prova de vida:

Acessar o aplicativo Meu **INSS** com o selo ouro (nível máximo de segurança das contas gov.br) ou outros aplicativos e sistemas dos órgãos entidades públicas com certificação e controle de acesso; Realizar empréstimo consignado com reconhecimento biométrico; Realizar atendimento presencial nas agências do **INSS** ou por reconhecimento biométrico nas entidades ou instituições parceiras; Realizar perícia médica presencialmente ou por telemedicina no sistema público de saúde ou em rede conveniada; Ser vacinado (a); Cadastrar ou atualizar suas informações nos órgãos de trânsito ou de segurança pública; Atualizar informações no Cadastro Único

(opção válida apenas quando a atualização é feita pela pessoa responsável pelo grupo familiar); Votar nas eleições; Emitir ou renovar passaporte, carteira de motorista, carteira de trabalho, alistamento militar ou quaisquer documentos oficiais que exijam a presença física do titular ou seu reconhecimento biométrico; Receber benefício social por reconhecimento biométrico; Ter seu nome na declaração anual do imposto de renda, seja como titular ou dependente.

Somente quando o cruzamento de dados não for possível é que o beneficiário será notificado sobre a necessidade da realização da prova de vida, mas é obrigação do próprio **INSS** avisar o cidadão.

Em nota publicada no dia 11 de janeiro, o Ministério do Trabalho e Previdência informou que não haverá bloqueio dos benefícios por falta de prova de vida durante o período de implementação do novo sistema.

Método anterior

Caso queira, o segurado ainda pode realizar a prova de vida como nos anos anteriores: se deslocando até uma agência bancária ou utilizando os aplicativos Meu **INSS** e gov.br. O atendimento presencial pode ser realizado nos balcões de atendimento dos órgãos pagadores ou em caixas eletrônicos destes locais.

Já para realizar o procedimento através do Meu **INSS**, é necessário estar cadastrado na plataforma gov.br e ter instalados os aplicativos Meu **INSS** e gov.br no celular.

Veja o passo a passo:

Faça login no aplicativo Meu **INSS**; Na página inicial, escolha Ver mais e, em seguida, Prova de vida; Escolher Iniciar prova de vida; Depois disso, será preciso acessar o aplicativo gov.br para a realização da biometria. Vá ao app e clique no botão Autorizações; Selecione a autorização para prova de vida, marcada como pendente, e escolha a opção Autorizar; Confirme a autorização selecionando Ok; Responda à pergunta do aplicativo sobre sua documentação; Permita que o aplicativo tire fotos e grave vídeos. Depois disso, siga os comandos da tela para captar a imagem de seu rosto; Ao final, sua biometria será finalizada. Retorne ao aplicativo Meu



**INSS**; Selecione novamente o botão Prova de Vida ; em seguida, a tela irá exibir a confirmação do procedimento e o número do protocolo.

#### Consultas ao benefício

Para saber a data da última prova de vida realizada ou outras informações sobre o benefício, o cidadão pode tanto utilizar o aplicativo como ligar para a Central telefônica 135, que funciona de segunda a sábado, entre 7h e 22h (horário de Brasília).

Vale destacar, no entanto, que agências do **INSS** não devem ser procuradas para fazer o procedimento de prova de vida.

#### **Site:**

***<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/07/beneficiario-do-inss-nao-precisa-mais-fazer-prova-de-vida-entenda-as-novas-regras.ghtml>***

# Reformulações e princípios da reforma tributária (Artigo)

**Mayara Mariano**

Desde a promulgação da Constituição de 1988, tem se cogitado a reforma tributária, vez que o sistema tributário nacional é demasiadamente complexo. E neste começo de 2023, o novo governo federal e o novo Congresso Nacional, eleitos no final do ano passado, prometem discutir e votar, ainda no primeiro semestre, as mudanças necessárias para melhorar nosso ambiente tributário.

Basicamente, todas as propostas apresentadas até então têm como princípio basilar a substituição de **tributos** incidentes sobre o consumo sobre um valor agregado, de modo a atingir toda a cadeia de consumo em todas as etapas.

Atualmente, existem duas propostas de emenda à Constituição (PECs) em tramitação que versam sobre a **reforma tributária**: uma proposta pela PEC 110/2019, do Senado Federal, e a outra a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados.

A ideia central, em ambas as proposituras, é a substituição de alguns **tributos**, consolidando bases de tributação pautadas em dois **tributos**: o IBS, que seria uma espécie de imposto sobre bens e serviços, e o Imposto Seletivo, que seria uma espécie de taxaço de produtos selecionados.

Nas propostas, a incidência do IBS ocorre na exploração de bens e serviços, direitos tangíveis e intangíveis e inclusive a locação de bens, que atualmente não é tributada.

Na PEC 110/2019, a proposta é que o IBS seja um tributo estadual, em substituição a nove tributos: o IPI, PIS, Pasep, IOF, Cofins, ICMS, ISS, Cide-Combustíveis, salário-educação.

Com relação à alíquota, a proposta na PEC 110/2019 visa à fixação da mesma do imposto; no entanto, poderão ser fixadas alíquotas diferenciadas da padrão em determinados produtos e serviços, sendo aplicadas de forma homogênea em todo o Brasil. Já na PEC 45/2019, a proposta é que o tributo seja federal, em substituição a cinco **tributos**: ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins.

Com relação à alíquota, a PEC 45/2019 traz como

proposta que cada ente federativo atribua a parcela da alíquota total do imposto, uma espécie de "subalíquota", de modo que a sua aplicação não é uniforme em todo o território nacional.

Lembrando que atualmente o ICMS é um imposto estadual e o ISS um imposto municipal, o IBS vem trazendo mudanças significativas na competência e arrecadação.

No que tange à concessão de benefícios, a PEC 110/2019 prevê para determinadas operações, como alimentos, medicamentos, saneamento básico e educação. Diferentemente, portanto, da PEC 45/2019, que não permite a concessão de benefício fiscal.

No que diz respeito à distribuição da arrecadação, na PEC 110/2019 é partilhado entre União, estados, municípios e Distrito Federal, por intermédio de distribuição de recursos a cada ente federativo. Por outro lado, a PEC 45/2019 já dispõe que cada ente federativo tem sua parcela na arrecadação do tributo determinada pela "subalíquota".

As PECs também inovam com relação à criação do Imposto Seletivo. Na PEC 110/2019, tem viés arrecadatório, cobrado sobre operações como combustíveis, gás, cigarros, bebidas alcoólicas e outros. A PEC 45/2019, por sua vez, possui viés extrafiscal de tributar alguns produtos e serviços nocivos à saúde com o intuito de desestimular o consumo.

Resumidamente, essas são as mudanças mais significativas na **reforma tributária** que gira em torno da reformulação com base na criação desses **tributos** em substituição de alguns já existentes.

Outros pontos também são reformulados na **reforma tributária**, tais como a extinção da CSLL e a incorporação no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a arrecadação do ITCMD migrada aos municípios, ampliação do IPVA, entre outros. A perspectiva é que a reforma venha simplificar o processo de tributação no Brasil assim como nos países desenvolvidos, onde a economia é estável.

Em termos práticos, embora a proposta tenda à primeira vista a diminuição da carga tributária, acredita-se que, pelo contrário, irá aumentar, tendo em

vista que a unificação de **impostos** abre precedentes para criação de outros **tributos**.

Do ponto de vista econômico, a **reforma tributária** ideal seria aquela que o contribuinte tivesse a contraprestação devida ou o retorno econômico adequado, como ocorre nos países de economia avançada.

No Brasil, país com uma das cargas tributárias mais elevadas, a **reforma tributária** mal articulada poderá trazer mais malefícios do que benefícios ao contribuinte e ao fisco. Agora, é aguardar o avanço das propostas.

Mayara Mariano. Advogada especialista em direito tributário e sócia do escritório Mariano Santana Sociedade de Advogados

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/02/2023/p1>





# Reforma tributária deve começar pelos impostos de consumo

O governo está decidido a iniciar a **reforma tributária** pela mudança nos **tributos** sobre consumo, deixando as alterações no Imposto de Renda para um segundo momento. A equipe econômica discute com parlamentares ajustes nos textos que já tramitavam pelo Congresso. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em reunião com líderes da base do governo no Congresso que, se houver diligência, é possível aprovar o texto no primeiro semestre.

- Haveria chance de votarmos no primeiro semestre se formos diligentes e trabalharmos duro. Há quem diga que precisa de seis meses, daria ali para agosto, setembro, mas eu penso que talvez antes mesmo do recesso do meio do ano seja possível votar. Vou trabalhar para isso sabendo da complexidade do tema e sabendo da soberania do Congresso Nacional - disse Haddad.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que a proposta final será uma fusão dos textos das propostas de emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, que já foram discutidas no Congresso: - Temos duas PECs tramitando, e elas são o sustentáculo. Haddad vai apresentar uma proposta global levando em consideração as duas PECs.

Tecnicamente, os dois textos trazem a mesma proposta, que é unificar os **tributos** de consumo, mas a PEC 45 ganhou força. O texto, apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), tem como base a proposta do economista Bernard Appy, que está na Secretaria Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Ele é mais simples que a PEC 110, que, para fazer sentido, precisaria da aprovação de um projeto de lei capitaneado pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes, que unificava os **impostos** federais.

LIRA QUER AGILIZAR A PEC 45 unifica os **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), estaduais e municipais (ICMS e ISS) em um só, chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Já a PEC 110 faria isso de outra maneira, no chamado Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, porque separa uma parte da arrecadação para União e outra para estados e municípios. Ela dependia da aprovação

de um outro projeto, elaborado por Guedes, para unificar os **tributos** federais que incidem sobre consumo (PIS e Cofins), que dariam lugar a uma contribuição sobre bens e serviços (CBS). Já os **tributos** estadual e municipal seriam unificados no que se chamaria IBS.

As duas propostas preveem a implementação de um Imposto Seletivo (IS), que tem uma alíquota mais alta em alguns itens para frear o consumo, como tabaco e bebidas alcoólicas.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) já declarou que pretende agilizar a tramitação e deve formar uma comissão com alguns deputados para avaliarem o texto. Há expectativa de que isso ocorra ainda esta semana.

A ideia é que esse grupo mantenha interlocução com o governo e também com o Senado, para que seja formatada uma proposta com mais chances de aprovação nas duas Casas. Isso ocorre porque no Senado também tramita um texto que propõe uma reforma nos **tributos** de consumo, que havia avançado mais nos últimos anos, depois de a PEC 45 amargar um período na geladeira.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que já relatou a PEC 45, disse que as discussões devem se intensificar após a definição do comando das mesas, porque lideranças de Câmara e Senado já estavam em contato: -Eu defendo sempre que faça no primeiro semestre do primeiro ano do governo que está entrando. Se houver essa disposição e compromisso, sai no primeiro semestre.

Deputados ouvidos reservadamente dizem que a tendência é que a articulação com os estados melhore, porque há mais propensão do governo em dialogar. Os estados exigem que haja um fundo de compensação para que diluir as perdas durante o processo de transição.

Além disso, a revisão da tabela de IR para as pessoas físicas pode ser feita sem passar pelo Congresso. (Fernanda Trisotto e Renan Monteiro)

# MEI pode mudar para haver mais contratação e menos PJs, diz ministro

*Do UOL, em Brasília*

O governo federal pretende reavaliar as regras do MEI para facilitar contratações com carteira assinada e evitar fraudes em leis trabalhistas. A informação é do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em entrevista ao UOL. Ele disse que a pejetização (terceirização) excessiva dos contratos de trabalho piora a qualidade dos empregos.

Ampliar o teto de faturamento do MEI poderia gerar mais empregos com carteira. O ministro diz que a criação de diferentes faixas de contribuição faria empresas um pouco maiores pagarem menos imposto. Essas empresas teriam capacidade de contratar mais gente.

Mas isso poderia provocar uma redução na arrecadação do governo. Segundo Marinho, uma mudança dessas precisa de medidas que compensem essa perda. Uma possibilidade é a taxação dos mais ricos numa reforma tributária.

Há cerca de 15 milhões de pessoas formalizadas como MEI. O número quase dobrou em 4 anos.

O faturamento anual não pode passar de R\$ 81 mil (R\$ 6.750 por mês). O MEI pode ter até um funcionário registrado e só pode contratar se pagar pelo menos o salário mínimo ou o piso da categoria. É cobrado um tributo de 5% sobre o salário. Entenda como funcionam obrigações e impostos.

Uma comissão do Senado aprovou proposta para aumentar o limite de faturamento para R\$ 144,9 mil. Também permite contratar dois funcionários, em vez de um. Ainda não há previsão de votação no plenário do Senado.

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/07/mei.htm>

# Em encontro com Alckmin, parlamentares vão discutir reforma tributária e desoneração da folha

Brasília

/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília

A **reforma tributária** e a regra fiscal que substituirá o teto de gastos devem ser temas discutidos em uma reunião entre o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) nesta terça-feira (6). O grupo é composto por 214 deputados e senadores e tem pressionado contra mudanças defendidas pela equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A expectativa é que Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, apresente as linhas gerais da proposta de **reforma tributária** que está sendo construída pelo governo. Nesse sentido, os parlamentares devem cobrar do governo posicionamento sobre temas como a desoneração da folha de pagamento e os incentivos para a retomada da reindustrialização do país.

"O tema que a gente defende muito é a desoneração da folha de pagamento e a facilitação do ambiente de negócios para a geração de emprego e renda", disse deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), coordenador da Frente Parlamentar do Empreendedorismo na Câmara.

Leia também: Entenda o que é a desoneração da folha e o impacto na economia

Em 2022, Passarinho liderou uma articulação para incluir a desoneração da folha de pagamento permanentemente para todos os setores da economia na proposta de **reforma tributária** que tramitava no Congresso.

A proposta atinge os 17 setores que mais empregam no país, entre eles o têxtil, dos calçados, comunicação, vestuário, construção civil, máquinas e equipamentos, tecnologia da comunicação e transporte rodoviário coletivo.

A princípio, a ideia do governo federal é apresentar a **reforma tributária** em duas etapas. A primeira, que seria enviada até abril, teria foco na mudança da tributação sobre o consumo, e a segunda parte, com expectativa para ser apresentada no segundo semestre deste ano, na mudança dos **impostos** sobre a renda.

Eventuais alterações no texto não são descartadas, mas a proposta de um imposto único não deve ser excluída. Essa é a principal convergência entre duas propostas que tramitam no Congresso. Ambas preveem a redução de cinco **impostos** (PIS, IPI, Cofins, ICMS e ISS) para apenas um, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

O retorno do voto de qualidade do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** também deve ser assunto da reunião. Na prática, o instrumento possibilita que representantes da Fazenda desempatem votações em julgamentos a favor da União, o que pode ampliar a arrecadação.

Na semana passada, a FPE apresentou emenda para reverter a retomada do instrumento. Segundo os parlamentares, o fim do mecanismo "trouxe grande avanço para a solução de longos e difíceis processos administrativos de exigência de crédito tributário".

O voto de desempate havia sido extinto em 2020, mas foi retomado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com a edição da Medida Provisória (MP) 1160/23.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-em-encontro-com-alckmin-parlamentares-vaio-discutir-reforma-tributaria-e-desoneracao-da-folha-07022023>

# Visão do Correio: Congresso precisa trabalhar pelo país

## Correio Braziliense

O Brasil vai acompanhar com lupa o trabalho do Congresso, empossado há uma semana. A expectativa é de que deputados e senadores deixem de lado a política rasteira e se concentrem em debater e aprovar projetos que realmente interessam à população. Há muito por ser feito. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, há uma década, o Brasil não sabe o que é crescimento econômico robusto, com distribuição de renda. Na média, nesse período, o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) foi inferior a 0,5% ao ano. É inaceitável que parlamentares e governantes eleitos considerem normal esse quadro de estagnação. Não é.

Todos sabem o que precisa ser feito para que o Brasil reencontre o caminho do crescimento. A agenda é ampla e passa, sobretudo, pelo Legislativo. A promessa do governo é de aprovar, ainda neste primeiro trimestre, a **reforma tributária**. Esse tema está em discussão há pelo menos 30 anos. Dois projetos, um na Câmara, outro no Senado, resumem bem o que precisa ser feito. A primeira etapa passa pela revisão de todos os **tributos** que incidem sobre o consumo. Da forma como os **impostos** estão estruturados hoje, a concentração de renda só aumenta. Pobres e ricos recolhem o mesmo percentual à **Receita Federal**. O caminho é tributar a renda, fazer com que os aquinhoados paguem mais.

A reforma não pode ser embarreirada por interesses paroquiais, como se viu nas últimas três décadas. Também não podem prevalecer debates enviesados em torno do novo arcabouço fiscal que o governo promete apresentar nos próximos meses. O setor público precisa dar sinais inequívocos de que está comprometido com a responsabilidade fiscal, pois isso será fundamental para que as expectativas de **inflação** caiam e, por consequência, o Banco Central possa dar início à redução da taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano. Não há mágicas. Reclamar dos juros altos é muito fácil. Pois que, então, aqueles que tanto se queixam do BC façam a sua parte. Isso vale, inclusive, para o Congresso.

Legisladores devem ainda aproveitar o mandato para liderar um movimento que resulte na melhora do ambiente de negócios no Brasil. Há dinheiro de sobra

no mundo em busca de boas oportunidades. Contudo, os investidores cobram, com razão, segurança jurídica e estabilidade política. Deputados e senadores têm muito a contribuir nesse processo, sem ideologia, pensando exclusivamente no bem-estar da população. Propostas não faltam, basta vontade. Um bom começo seria aprimorar os sistemas de garantias de crédito. Hoje, no Brasil, praticamente não se consegue recuperar financiamentos não pagos. Essa é uma das principais razões para o elevado custo do dinheiro tanto para empresas quanto para consumidores.

Está claro para todos que o Brasil já perdeu tempo demais. E aqueles que foram eleitos para a nova legislatura não podem continuar desapontando a população. Devido a tantos anos de descaso dos parlamentares, a imagem do Parlamento no Brasil é péssima. Portanto, para virar esse jogo, será necessário, efetivamente, se concentrar no que realmente interessa à sociedade. Pautas ideológicas, pautas bombas, nada disso está no radar daqueles que anseiam por dias melhores. O momento é de urgência. Há 125 milhões de brasileiros em insegurança alimentar. Outros 33 milhões estão na miséria absoluta e 5 milhões, desalentados, desistiram de procurar emprego pois não veem mais perspectivas.

Nada disso é aceitável. O crescimento econômico é o caminho mais eficaz para que o Brasil resolva todo esse passivo terrível. O Congresso não pode fugir de suas responsabilidades. Todos os votos que deputados e senadores receberam nas urnas devem ser honrados. O país, independentemente dos retrocessos dos últimos anos, continua a ser um manancial de oportunidades. Precisa apenas que seus políticos, os que decidem e os que fazem as leis, tenham a grandeza de exercer seus papéis com respeito. Não é pedir demais. É obrigação.

## Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Congresso precisa trabalhar pelo país

## Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2023/02/5071808-visao-do-correio-congresso-precisa-trabalhar-pelo-pais.html>



# Lula x Banco Central: entenda as críticas do presidente e os efeitos da briga na economia

Por Raphael Martins, g1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou a cerimônia de posse de Aloizio Mercadante como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para subir o tom novamente contra a política monetária conduzida pelo Banco Central (BC).

Desta vez, o presidente criticou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa Selic em 13,75% ao ano. A decisão em si era esperada, mas o **comunicado** do BC considera que as expectativas de **inflação** pioraram, principalmente por conta da perspectiva de gastos públicos mais elevados neste início de governo.

Na carta, o Copom afirma que o índice de preços continua acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta de **inflação** e, para mantê-lo sob controle, deve manter os juros elevados por um "período mais prolongado".

"É só ver a carta do Copom para a gente saber que é uma vergonha esse aumento de juros e a explicação que eles deram para a sociedade brasileira", disse Lula.

Não foi a primeira vez que o presidente disparou contra o BC ou a política monetária conduzida pelo economista Roberto Campos Neto.

Lula já falou:

que a independência do BC é "bobagem", e reforçou que Henrique Meirelles teve autonomia em seu governo anterior mesmo antes da lei; que a meta de **inflação** do país, de 3,75%, obriga a "arrochar" a economia brasileira em momento que precisa voltar a crescer; que iria esperar "esse cidadão", Campos Neto, terminar o mandato para "fazermos uma avaliação do que significou o Banco Central independente"; que Campos Neto quer chegar a uma **inflação** "padrão europeu", mas que é necessário chegar à **inflação** "padrão Brasil"; que o Brasil tem "cultura" de juros altos, e que o patamar de juros e o **comunicado** do BC são uma "vergonha".

O "duelo" ganhou destaque no olhar público justamente por conta da independência do BC.

Campos Neto foi indicado pelo governo de Jair Bolsonaro e não pode ser demitido por Lula. A lei "blinda" a instituição de ingerência política, e permite que a atuação seja técnica e focada no combate à **inflação**.

Para economistas ouvidos pelo g1, alguma tensão entre governantes e um BC autônomo é comum. Isso porque juros mais altos são um freio para a economia, e, por aqui, Lula procura motores para reaquecer a atividade do país.

LEIA TAMBÉM:

Brasil tem os maiores juros reais do mundo; por que a taxa não cai? Lula diz que Brasil tem cultura de juros altos e volta a criticar taxa básica em 13,75%. Entenda o que é o mercado financeiro e como suas decisões impactam a economia. Dados indicam 2023 difícil, e atritos com o mercado não ajudam

O que acontece?

Mas a "briga" pode ser um prenúncio de crise institucional que vai além da simples piora de expectativas. O boletim Focus desta semana traz o quarto aumento seguido da **inflação** esperada para 2023, que chegou a 5,78%. Mas o resultado pode piorar bastante se o governo atacar, de fato, o trabalho do BC.

Para Fábio Kanczuk, chefe de macroeconomia da ASA Investments e ex-diretor do BC, o conflito entre agentes da política monetária e governantes faz parte do trabalho, mas restam dúvidas sobre as reais intenções do presidente.

"Se Lula está precisando de um culpado, tudo bem. Os técnicos ignoram essas declarações e seguem em busca de colocar a **inflação** na meta. Mas ele pode tomar ações que realmente prejudiquem o funcionamento do BC", diz.

O economista diz que algumas delas são medidas legítimas. É o caso de uma indicação de equipe de filosofia oposta aos atuais integrantes do BC ao final de seus mandatos. Outras, nem tanto - como forçar demissões, assinar algum decreto que prejudique a autonomia do órgão ou realmente alterar a meta via Conselho Monetário Nacional (CMN).

"Todas essas ações têm efeito de gerar mais **inflação**. O caminho é o seguinte: o presidente briga, sobe a expectativa de **inflação**, os juros permanecem mais altos, o presidente fica bravo de novo e fala mais", afirma Kanczuk.

Morde e assopra

Por ora, Campos Neto não tem devolvido as críticas: no único comentário que fez, chegou a por panos quentes quando Lula disse que a independência do Banco Central era "bobagem". Do lado oposto, enquanto o presidente sobe o tom, cabe ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e aos seus secretários reduzir os danos.

Na última terça-feira (31), o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, garantiu, por exemplo, que um aumento da meta de **inflação** não é um tema que esteja "pautado" na Fazenda. O assunto veio à tona na primeira entrevista de Lula de volta à Presidência, concedida à GloboNews.

Na ocasião, o presidente criticou a atual meta de **inflação**, definida pelo CMN. O petista afirmou que trazer a **inflação** para perto dos 3,25% atrapalha o crescimento da economia.

"Você estabelecer uma meta de **inflação** de 3,7%, quando você faz isso, você é obrigado a arrochar mais a economia para poder atingir aqueles 3,7%. [...] O que nós precisamos nesse instante é o seguinte: a economia brasileira precisa voltar a crescer", defendeu Lula.

Com Lula impedido de influenciar diretamente nos juros, teve início uma especulação de que, dentro do governo, era planejada uma mudança na meta da **inflação**. O governo tem dois dos três votos no CNM e, com uma meta mais elevada, não seria necessário um patamar tão alto de juros para colocar a **inflação** dentro do intervalo.

Coube mais uma vez a Guilherme Mello, em evento com investidores em São Paulo, reafirmar que o foco da equipe econômica é apresentar reformas e medidas econômicas que garantam um plano de voo mais claro para os agentes econômicos e esperar seus efeitos.

O secretário afirmou que o debate sobre aumento de metas de **inflação** está em voga em todo o mundo, dados os choques persistentes depois da pandemia de Covid, mas aposta que a reversão das taxas de juros virá a partir dos planos já anunciados pela Fazenda.

"Eu acredito que essa interação entre política

monetária e fiscal pode surtir efeitos positivos se for bem planejada e bem comunicada. [O aumento de meta] é um debate que o CNM vai ter mais para a frente, mas nosso trabalho é entregar reformas e entender como isso vai trazer impactos ao cenário macro", disse.

Ele reiterou que, apesar de o Brasil ter um patamar de juros reais elevado, o ministério aposta na **reforma tributária**, no novo arcabouço fiscal e em uma política sólida de acompanhamento de gastos que possa estabilizar a dívida pública do país para convencer o BC a reduzir os juros.

"Essas medidas têm potencial de reduzir o prêmio de risco, aumentar o **PIB** potencial e reduzir a taxa de juros neutra, o que cria um processo de estabilização da dívida", disse Mello.

Incertezas

Esse é o discurso que o mercado financeiro espera, mas que não encontra eco nas declarações de Lula. No papel de político, no entanto, é normal que haja questionamentos do presidente para as condições financeiras na ponta, para população.

"Quando ele diz que o Brasil tem a maior taxa de juros reais do mundo, ele tem razão. E ele também pode questionar por que não há uma resposta ao esforço do ministro da Fazenda, que adiantou alguns planos de política fiscal", afirma Tony Volpon, economista e ex-diretor do BC.

Para Volpon, o **comunicado** do BC mostra que a entidade absorveu as incertezas do mercado com relação às medidas do novo governo. E que parte do erro que gera essa tensão é a relação fria entre as partes.

"Se houvesse uma melhor comunicação entre BC, Fazenda e Presidência, ficaria mais claro que a metodologia pede esse resultado, mas que as medidas prometidas pelo governo abrem uma janela para queda de juros", diz.

"Pelo bem de todos, precisa haver esse entendimento. O BC não pode se esconder atrás de uma muralha porque agora que tem autonomia operacional."

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/07/lula-x-banco-central-entenda-as-criticas-do-presidente-e-os-efeitos-da-briga-na-economia.ghtml>

# Poupança tem maior retirada líquida para um só mês

**RENAN MONTEIRO** [renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br](mailto:renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA**

O Banco Central informou ontem que a poupança teve uma retirada líquida - saques menos depósitos - de R\$ 33,63 bilhões em janeiro. Este é o maior saldo negativo para um único mês da série histórica do BC, que começa em 1995.

No mês passado, os depósitos somaram R\$ 300,78 bilhões, e as retiradas foram de R\$ 334,41 bilhões.

O resultado negativo de janeiro ficou quase no mesmo patamar da retirada líquida de todo o ano de 2021, que foi de R\$ 35,4 bilhões. Em 2022, as cadernetas de poupança perderam pouco mais de R\$ 100 bilhões.

Especialista ouvidos pelo GLOBO explicam que o mês de janeiro já apresenta, tipicamente, uma retirada líquida maior em relação aos outros meses, pois há "acúmulo de gastos". Os exemplos mais comuns são: compra de material escolar, matrículas, **impostos** como IP-TU e IPVA, além de despesas com viagens. Uma diferença este ano é que o endividamento da população está em níveis recordes.

- Esse fator é preocupante, com dados e sinais de uma piora na capacidade de pagamento das famílias. O endividamento em relação à renda está em 49,5% (com operações de crédito), segundo o BC, bem acima do valor anterior à crise da Co-vid-19. Em fevereiro de 2020 estava em torno de 42% -avalia Patrícia Krause, economista-chefe da Co-face na América Latina.

Segundo o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, divulgado em janeiro, o ano passado fechou com 69,4 milhões de brasileiros inadimplentes, resultado 7,8% maior do que o de 2021, com 63,97 milhões.

- Esse nível de endividamento é explicado pela **inflação** maior, sem que houvesse reajuste salarial. Em último caso, as pessoas acabam fazendo dívidas. Há reajuste de planos de saúde, de escolas, e tudo isso já não cabe dentro do orçamento das famílias, que acabam usando as reservas - diz Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos.

Daniel Miraglia, economista-chefe da Integral Group,

cita a competitividade do investimento em poupança em relação a outras operações: - Há uma tendência de resgate da poupança em relação a outras operações financeiras, basicamente com mesmo risco, mas com retorno maior. A concorrência no setor financeiro e na indústria bancária tem criado melhores produtos para os pequenos investidores -avalia.



---

# 49,5%

**É o endividamento das famílias em relação à renda**

A parcela é maior do que a registrada antes da pandemia, em fevereiro de 2020, que fora de 42%

# Melhor regra é o correto ajuste do gasto - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

A exigência de se ter uma âncora fiscal crível que delimitasse o espaço a ser ocupado pelos gastos públicos na demanda agregada do país levou a questões do seguinte tipo: 1) Por que regras como a do teto de gastos igual à inflação decorrida não funcionam bem como tal, sem falar em outras regras mais antigas e, hoje, talvez com prazo vencido? 2) Por que se diz que o teto de gastos aplicado em países como a Suíça funcionaria melhor do que no Brasil? 3) Por que não adotar um limite para o crescimento da razão entre a dívida pública e o PIB, como fazem alguns dos principais países desenvolvidos, onde, curiosamente, na maioria dos casos ela costuma ser bem mais alta do que a nossa?

O que matou o teto de gastos foi o fato de que o grosso das despesas do Orçamento Geral da União é composto pelos chamados gastos obrigatórios, ou seja, aqueles cuja realização decorre de alguma exigência legal muito difícil de alterar, prima facie. (Uma rigidez tão grande e desse tipo não parece ocorrer na maioria dos países desenvolvidos, como a Suíça). Daí os cortes acabarem se concentrando nos gastos discricionários, bem mais flexíveis do que o primeiro grupo, e onde o item de maior peso correspondia, lá atrás, exatamente aos investimentos em infraestrutura, hoje quase zerados. Naqueles, a soma das parcelas, se considerarmos todas as esferas de governo, teria caído o absurdo de 9 vezes, entre o fim dos anos 80 e o momento atual, quando medida em porcentagem do PIB, comprometendo pesadamente as possibilidades de crescimento econômico e de redução da desigualdade de renda do país por esse caminho, conforme estudos acreditados.

Quanto à tentativa de controlar a razão entre a dívida e o PIB, só mais recentemente macroeconomistas de destaque no mundo desenvolvido se deram conta de que há um grave erro conceitual que é cometido quando se divide um estoque (o da dívida pública) por um fluxo (o PIB), pois o correto seria escolher duas variáveis de mesma natureza (por exemplo, só fluxos, ou, então, só estoques), o que leva a se superestimar fortemente o peso do endividamento público nas economias em geral. Se dividíssemos variáveis compatíveis, chegaríamos a resultados bem menos elevados em todos os países. Nesse sentido, as apurações da razão dívida-PIB dos países

desenvolvidos produziram valores bem mais baixos do que as apurações correntes indicam, e, no nosso caso, mais baixos ainda.

O ponto central é que o governo precisa estabelecer uma política de ajuste cujo foco, para ter eficácia, seja nos itens de maior peso no gasto total, não apenas na União, como nos estados e municípios, pois por aqui a União acaba assumindo parcela relevante da despesa das demais esferas de governo, como, por exemplo, nos programas de refinanciamento de dívidas. Além disso, precisa ser uma política de prazo mais longo que, se necessário, abarque pelo menos os mandatos atuais.

Na verdade, de 1987 para mais recentemente, a estrutura do gasto não-financeiro federal, aquele cujo crescimento se busca conter, ficou fortemente viesada na direção de apenas dois itens difíceis de mexer, previdência e assistência social, o primeiro super-rígido em si, e o segundo por ser super-prioritário (e, portanto, também super-rígido). Assim, qualquer medida convencional tipo teto acaba produzindo uma forte redução não desses dois, mas dos demais itens, esses hoje caminhando para a zeragem final (notadamente os investimentos em infraestrutura).

De lá para cá, o item que resulta da soma de previdência com assistência acabou aumentando de 28% para 68% do total, sendo previdência, sozinha, responsável pelo aumento de 19% para 52%, algo realmente chocante... Enquanto isso, o peso do item investimento público em infraestrutura se reduzia de 16 para 2% do total, esse, sim, um resultado ainda mais preocupante! Ou seja, quando o teto veio, de um lado, havíamos virado um país de aposentadorias bancadas por todos os governos, pois essa mesma história se mostra, em mais de 20 estados e de 2 mil municípios. E, do outro, o setor público como um todo, que sempre foi o grande investidor em infraestrutura, havia parado de fazer isso.

Assim, deve-se trocar o teto por um programa de equacionamento previdenciário em todas as esferas de governo, a ser lançado por Lula, e coordenado por alguém como Wellington Dias, a ser implementado até o final do seu primeiro mandato. Por que Wellington? Com base na experiência super exitosa do Piauí, que conheço de perto, e por ele coordenada, que está por

ser concluída. Além de meramente cumprir um preceito constitucional (Par.1º. do Art.9º. da EC 103, de 12/11/19, que obriga todos os entes a fazerem o equacionamento previdenciário), esse programa abrirá um enorme espaço orçamentário em todas as esferas de governo, que pode ficar "desocupado" (isto é, não ser gasto - o que implica reduzir a dívida pública, para deleite do mercado financeiro), ou ser ocupado com programas prioritários do governo, conforme o momento vivido, incluindo, obviamente, a recuperação dos investimentos em infraestrutura e do crescimento do **PIB** (além de outras vantagens daquela decorrente).

**Notícias Relacionadas:**

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
Melhor regra é o correto ajuste do gasto

**Site:**

**<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/02/07/all.pdf>**

# Crítica de Lula ao Banco Central eleva expectativa de inflação e pressiona juros



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a posse de Aloizio Mercadante no BNDES, no Rio Eduardo Anzeili/Folhapress

**Nathalia Garcia**

Os ruídos gerados pelas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Banco Central e à condução da política monetária têm aprofundado a piora das expectativas de **inflação** a cada semana e pressionado os juros, surtindo efeito reverso ao pretendido pelo governo em seu discurso.

O boletim Focus, que capta a percepção do mercado financeiro para indicadores econômicos, mostrou nesta segunda-feira (6) que a projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para este ano saltou para 5,78%, ante 5,74% na semana anterior. É a oitava semana seguida que a pesquisa traz uma revisão para cima do índice de **inflação**.

Para 2024, período de maior relevância para a atuação do BC hoje, a expectativa também subiu, passando de 3,90% para 3,93% -terceira elevação consecutiva.

Para a taxa básica de juros (Selic), a estimativa se manteve estável em 12,50% em 2023 e foi a 9,75% ao final do próximo ano, contra 9,50% na semana anterior.

De acordo com estimativa feita por Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e presidente do conselho da Jive Investments, as falas de Lula podem resultar em um custo adicional na administração da dívida pública ao redor de R\$ 100 bilhões neste ano, caso a curva de juros continue acima do nível observado antes das declarações.

"É dar um tiro no pé", resume ele sobre as declarações do presidente. De acordo com o economista, o confronto do presidente com o BC é a principal razão de as expectativas de longo prazo estarem subindo. A questão fiscal entraria em segundo plano, com o receio dos economistas de que o Brasil não tenha uma política fiscal sustentável.

"O presidente Lula tem sido muito vocal contra a política monetária, contra o BC, até pondo uma certa dúvida se ele concorda com a independência da instituição. Isso coloca em risco a capacidade de o BC fazer o trabalho dele", diz.

Na quinta-feira (2), um dia depois de o BC subir o tom dos alertas sobre riscos fiscais, Lula chamou o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, de "esse cidadão" e disse que pode rever a autonomia da autoridade monetária -aprovada em lei em fevereiro de 2021.

"Quero saber do que serviu a independência. Eu vou esperar esse cidadão [Roberto Campos Neto] terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o BC independente", disse Lula em entrevista à RedeTV!.

A autonomia formal do BC já foi alvo de Lula em outras ocasiões. Semanas antes, o presidente afirmou que duvidava que Campos Neto fosse mais independente do que Henrique Meirelles em seus mandatos anteriores, entre 2003 e 2010.

Presidente do BC nos governos anteriores de Lula e ministro da Fazenda na gestão **Temer**, Meirelles apoiou o projeto de autonomia formal do BC e defende a sua manutenção.

"Avançamos ao ponto da autonomia operacional e depois conquistamos a independência legal, não há razão nenhuma para voltar atrás, porque só vai criar prejuízos a todos e ao país", afirma. "Retirar isso é algo que vai deteriorar completamente as expectativas."

Para José Júlio Senna, ex-diretor do BC e chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre-FGV, Lula deveria "agradecer e não se revoltar" com a autonomia da instituição. Na visão dele, se não fosse isso, a

instituição poderia ter sido utilizada politicamente pelo governo Jair Bolsonaro (PL) na disputa eleitoral contra o petista.

"Se não tivesse a independência, o governo anterior teria avançado em cima do BC e forçado uma política monetária mais frouxa que o ajudasse na eleição. Tenho zero dúvida de que isso ia acontecer", afirma.

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, tem dado eco ao discurso de Lula nas redes sociais. "Lula tem razão ao abrir o debate sobre as decisões do BC. Ter mandato não significa não ter responsabilidade com um país que precisa crescer urgente. Quem vai investir em produção e serviços quando pode faturar horrores com os juros nas alturas?", escreveu.

Um dia antes, ela já havia criticado o alto patamar de juros do país. Integrantes do governo avaliam que o juro mais elevado tem um custo superior ao orçamento do programa Bolsa Família, previsto hoje em R\$ 175 bilhões.

Lula reiterou na última semana suas críticas à atual meta de **inflação**, mais baixa do que em suas gestões anteriores, o que deixou o mercado em alerta sobre a possibilidade de revisão do objetivo a ser perseguido pelo BC em sua política de juros.

"Por que não faz 4,5%, como fizemos [nos mandatos anteriores]? A economia brasileira precisa voltar a crescer", afirmou Lula em entrevista à GloboNews.

O discurso do petista, contudo, ainda não mobilizou um debate técnico no governo para uma mudança na meta estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), como mostrou a Folha.

A politização dos juros chegou até o presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), que reagiu em defesa do BC. "Não é possível [o governo federal] falar em endividamento e esperar que autoridade monetária fique parada, de braços cruzados", afirmou Bruno Dantas.

Para Senna, é hora de Lula trabalhar "menos com a retórica, e mais com as evidências".

"Resolver problema do juro real alto atacando o BC, atacando a independência da instituição e pensando em elevar metas de **inflação** definitivamente são movimentos contraproducentes. Não só não ajudam como atrapalham", afirma.

O ex-diretor do BC pondera que o novo governo tem pressa em recuperar o crescimento econômico e mostrar que conduz "muito bem" a economia, dado o ambiente político polarizado. Mas alerta que não há

solução de curto prazo.

"Não há alternativa à queda dos juros reais a não ser por meio de ajustes robustos nas contas públicas, encampando o lado da despesa e acompanhado de um novo arcabouço fiscal de médio e longo prazo", diz.

Apesar de ter mantido a taxa básica (Selic) estável em 13,75% ao ano, o BC sinalizou que os juros podem demorar mais a cair dada a conjuntura "particularmente incerta no âmbito fiscal e com expectativas de **inflação** se distanciando da meta em horizontes mais longos", que eleva o custo da desinflação para atingir os alvos estabelecidos pelo CMN.

Os recados dados pela autoridade monetária provocaram uma onda de revisões nas projeções dos agentes do mercado financeiro. Além de gerar uma disparada nas taxas de curto prazo, os agentes passaram a exigir prêmio ainda mais elevado pelos juros de longo prazo com a piora na percepção de risco.

Os economistas do Citi, diante da deterioração das expectativas, passaram a estimar **inflação** e juros mais elevados. A previsão para a Selic saltou de 10,5% para 12,25% ao término de 2023. "No geral, as expectativas consensuais de **inflação** estão sugerindo que os analistas já estão trabalhando com uma meta de **inflação**, de fato, mais alta", escreveram em relatório os economistas Leonardo Porto, Paulo Lopes e Thais Ortega.

"É uma vergonha esse aumento de juro", diz presidente

rio de janeiro O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reforçou, nesta segunda (6), as críticas à atuação do BC e disse que a atual taxa básica de juros, a Selic, é uma vergonha.

"Não existe justificativa nenhuma para que a taxa de juros esteja em 13,50% [ela está na verdade em 13,75%]. É só ver a carta do Copom para a gente saber que é uma vergonha esse aumento de juro."

A manifestação ocorreu durante a posse do novo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, no Rio (leia mais à pág.A16).

"O problema não é de banco independente, não é de banco ligado ao governo. Problema é que esse país tem uma cultura de viver com os juros altos", afirmou Lula.

O presidente ainda conclamou setores do

empresariado a fazer cobranças sobre o nível dos juros. Lula disse que a "classe empresarial precisa aprender a reivindicar, a reclamar dos juros altos".

"Quando o Banco Central era dependente de mim, todo mundo reclamava. O único dia em que a Fiesp falava era quando aumentava os juros. Era o único dia [...]. Agora, eles não falam."

**Site:**

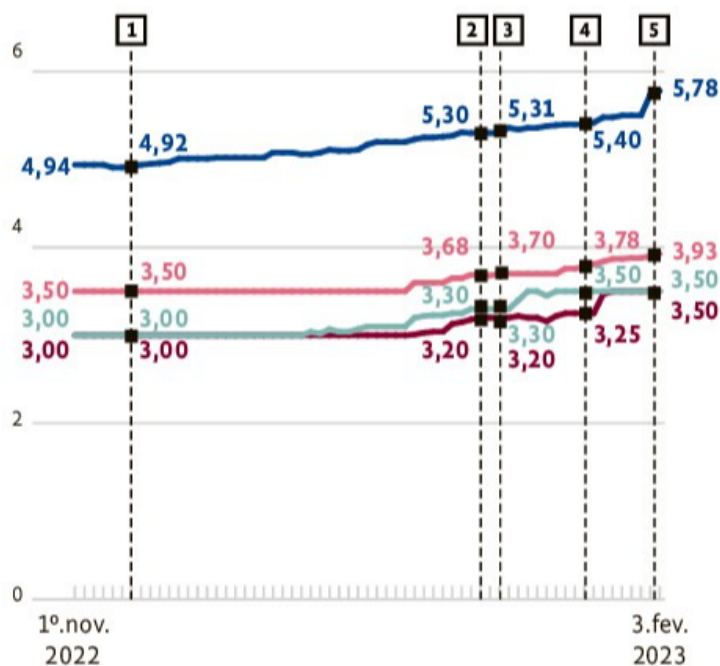
**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50180&maxTouch=0&\\_ga=2.183095393.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50180&maxTouch=0&_ga=2.183095393.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)**



## Expectativas de inflação para o governo Lula 3 pioram e estão acima do centro da meta

IPCA em %

■ 2023  
■ 2024  
■ 2025  
■ 2026



### 1 10.nov.2022

"Por que pessoas são levadas a sofrer para garantir a tal da estabilidade fiscal nesse país?", questionou Lula em meio às articulações para liberar mais despesas em 2023

### 2 3.jan.2023

"É uma situação completamente anômala, uma inflação comparativamente baixa e uma taxa de juro real fora de propósito", afirmou Haddad

### 3 5.jan.2023

"Não se trata de questionar o BC independente, não se trata de crítica. Acho que é unanimidade que juro alto não faz bem a nenhuma economia do mundo", afirmou o ministro Rui Costa (Casa Civil)

### 4 18.jan.2023

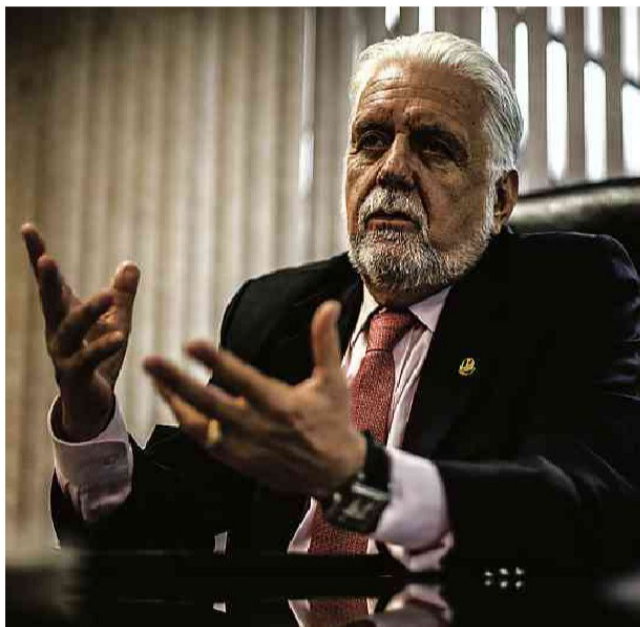
Por que precisava fazer 3,7% [de meta de inflação]? Por que não faz 4,5%, como fizemos [nos mandatos anteriores]? A economia brasileira precisa voltar a crescer

### 5 2.fev.2023

"Vou esperar esse cidadão [Campos Neto] terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o banco central independente", disse Lula

Fonte: Banco Central do Brasil. As metas de inflação foram fixadas em 3,25% para 2023 e 3% para 2024 e 2025, com limite máximo de 4,75% para este ano e 4,50% para os dois próximos

# Lula fala o que a maioria pensa, mas vai respeitar mandato no BC, diz Wagner



Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado Gabriela Biló/Folhapress

**Bruno Boghossian Thaísa Oliveira**

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), diz que as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à taxa de juros do país refletem o que pensa a maioria da população. Ele afirma, porém, que o governo não vai interferir na autonomia do BC (Banco Central).

"O presidente está dizendo o que a maioria dos brasileiros acha: os juros no Brasil, do jeito que estão, são inibidores de investimento produtivo, de geração de emprego", declarou o senador à Folha.

Há semanas, Lula vem criticando a atuação do BC na definição dos juros. Nesta segunda-feira (6), ele disse que o patamar atual da taxa "é uma vergonha".

As declarações de Lula geraram desconfiança sobre o risco de pressões sobre o processo decisório do banco e de uma possível mudança nas regras de autonomia. Segundo Wagner, o presidente não tem planos de mexer no status do BC.

"Ele não pretende desrespeitar nem o mandato, nem a autonomia do Banco Central. Não é esse o debate que está em curso", afirmou.

Outros membros do governo já tentaram amenizar as falas de Lula, mas o presidente continua criticando a

autarquia.

O líder do governo acrescentou que as críticas do chefe do Executivo não deveriam ser interpretadas como uma forma de pressão. "O presidente está externando a opinião dele. Não quer dizer que ele espera uma consequência."

Wagner defendeu, no entanto, um diálogo entre o BC e o Ministério da Fazenda para a definição das políticas do banco.

"É evidente que o ministro da Fazenda [Fernando Haddad] vai dialogar o tempo todo com o presidente do Banco Central, respeitada sua autonomia - o que não quer dizer que cada um está num mundo", afirmou. "Ninguém resolve essas coisas só da sua própria cabeça."

O senador baiano defendeu que o BC leve em conta fatores além da estabilidade monetária na hora de decidir a taxa de juros.

"Os bancos centrais do mundo inteiro estão repensando muita coisa. Muitos bancos centrais, além de se preocuparem com a questão monetária, da **inflação**, estão preocupados também com a **estabilidade social**", afirmou.

Lula e alguns ministros acusam o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de ter traído a confiança do governo, que contava com o órgão para superar os problemas econômicos atuais sem passar por uma recessão, como mostrou a coluna de Mônica Bergamo.

Na última quarta-feira (1º), o Copom (Comitê de Política Monetária) manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano pela quarta reunião consecutiva - a primeira desde que o presidente Lula tomou posse. A autoridade monetária também sinalizou que deve deixar os juros no nível atual por mais tempo.

As críticas de Lula à condução do BC, porém, têm ampliado a expectativa de **inflação** e pressionado os juros, gerando um efeito contrário ao pretendido pelo governo.

Em entrevista à Rede TV!, na semana passada, o petista se referiu ao chefe do BC como "esse cidadão".



Campos Neto tem mandato na presidência do banco até 31 de dezembro de 2024.

Wagner negou que existam pressões pela saída antecipada do chefe do BC. "Ele tem mandato, a gente não vai usurpar o mandato dele. Na minha opinião, não tem sentido. Não vejo como atitude do presidente romper com a legalidade que ele recebeu. Em algumas coisas, naquilo que é direito dele, ele vai tentar trabalhar para mudar. Não vale a pena essa briga."

O presidente do BC pode ser exonerado a pedido ou se for condenado por improbidade administrativa ou por um crime cuja pena proíba o acesso a cargos públicos. Também pode deixar o cargo quando apresentar desempenho insuficiente para atingir os objetivos do BC. Neste caso, quem decide é o presidente da República, com o aval do Senado em votação secreta.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50180&maxTouch=0&\\_ga=2.183095393.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50180&maxTouch=0&_ga=2.183095393.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)**

# Selic no Focus começa a se adaptar a sinais do BC

**Análise Alex Ribeiro De São Paulo**

O boletim Focus de expectativas de mercado começou a se adaptar à sinalização de juros maiores feita na semana passada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Por enquanto, a mediana das projeções dos analistas para a taxa Selic no fim deste ano segue em 12,5% ao ano. O Copom sinalizou, na semana passada, que esse nível de juros é insuficiente para cumprir as metas de **inflação**.

Mas já se começa a perceber um movimento dos analistas econômicos em direção a juros maiores. A mediana das expectativas dos analistas que renovaram as suas projeções nos últimos cinco dias passou de 10,5% para 10,75% ao ano. O início do ciclo de cortes passou de setembro para novembro.

Esse é, provavelmente, um processo que está apenas começando.

O Copom indicou juros mais altos na quarta-feira, e o Focus teve apenas dois dias para se adaptar a essa nova sinalização.

Muitos analistas preferem mudar as suas projeções depois que o ciclo de comunicação do BC se completa. Hoje, sai a ata com Copom às 8h, com informações adicionais sobre a decisão. Também termina o período de silêncio, e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, fala em um evento aberto à imprensa às 10h.

O mapeamento da distribuição das expectativas de **inflação** do BC, divulgado ontem, mostra que mesmo antes da sinalização do Copom já havia uma tendência do mercado financeiro para apostas em juros maiores.

Em novembro, apenas cerca de 10% dos analistas econômicos acreditavam que seria preciso manter os juros estáveis nos atuais 13,75% ao ano ou subi-los.

Desde então, esse percentual passou para 20% em dezembro e para 25% em janeiro. Os dados têm como data de referência o último dia útil de cada mês.

O que resta saber é se a postura mais dura de política

monetária vai se traduzir num maior controle das expectativas de **inflação**. Nesta semana, as projeções medianas de **inflação** para 2025, 2026 e 2027 se mantiveram estáveis em 3,5%.

O percentual supera a meta de 2025, que foi estabelecida em 3% pelo Conselho Monetário nacional (CMN). Não há metas para os anos seguintes. Até o governo Bolsonaro, o mercado acreditava que o objetivo de longo prazo era 3%, mas o governo Lula começou a disseminar incertezas sobre qual meta pretende perseguir.

Mas é uma boa notícia não terem subido mais nesta semana.

O maior controle sobre as expectativas de **inflação**, que estavam em um franco processo de desancoragem, é uma das principais preocupações do Banco Central e, certamente, terá um peso importante para determinar se será possível cumprir as metas apenas com a sinalização de adiamento dos cortes na taxa básica de juros.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187453>